



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO
INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 193.407.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 137.916.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022) e que, naquela data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 3.228.472.000 (R\$ 3.035.065.000 em 31 de dezembro de 2022) e o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 841.141.000 (R\$ 1.593.137.000 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, pois com base nos seus estudos e projeções a situação patrimonial e financeira descritas acima é prevista no plano de negócios, que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Adicionalmente, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses ser positivo, a Companhia possui saldos de contas vinculadas destinadas ao pagamento da Outorga; bem como conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, especificamente relacionados às obrigações de curto prazo junto ao BNDES, contrato este vinculado às obrigações da Outorga. Em 31 de dezembro de 2023, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa 9 – “Intangível”, a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 11.392.214.000 (R\$ 12.138.646.000 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia realizou novo teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível com premissas atualizadas de 2023.

Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica e, devido ainda aos impactos da pandemia, um assunto ainda de maior risco em nossa abordagem de auditoria durante 2023, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (iii) avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa 7 – “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 1.342.240.000 (R\$ 1.345.800.000 em 31 de dezembro de 2022), provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2023, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvemos também os nossos especialistas em tributos para validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa 6 – “Contas a receber”, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia, apresenta um saldo elevado e superior de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa comparado ao exercício anterior, esse tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2023, por ser ainda uma estimativa contábil com valor significativo. Essa classificação deve-se pelo fato de que o cálculo das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa envolve julgamentos significativos sobre os critérios e premissas utilizadas, devido ainda aos impactos diretos da pandemia, que estão além do controle da administração e que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração sobre os principais critérios envolvidos na elaboração das premissas para cálculo da estimativa de perda esperada do contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes; e realização de testes de avaliação de eventos subsequentes, em base amostral, (recebimentos subsequentes), ocorridos até a data de nosso relatório, para verificar se havia necessidade de complemento na provisão inicialmente constituída.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis as premissas e critérios utilizados pela administração para constituição da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2024

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8

DocuSigned by:



37095C162BEC440...

Cleber de Araújo
Contador CRC 1SP213655/O-8

DocuSigned by:



3BC0D5550923454...

Tibério Melo
Contador CRC 1SP313893/O-2

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	590.413	455.196
Aplicações financeiras vinculadas	5	917.993	791.033
Contas a receber	6	254.701	298.658
Estoques		13.525	11.559
Impostos a recuperar	7a	81.065	63.819
Partes relacionadas	8	10	9
Adiantamentos		12.603	9.485
		<u>1.870.310</u>	<u>1.629.759</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	194.159	175.022
Contas a receber	6	34.272	12.490
Impostos diferidos ativos	7b	959.237	867.080
Estoques		3.854	3.595
Impostos a recuperar	7a	308.388	312.466
Partes relacionadas	8	-	38.557
Depósitos judiciais	13	32.858	28.539
Imobilizado		1.043	1.612
Intangível	9	11.392.214	12.138.646
		<u>12.926.025</u>	<u>13.578.007</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>14.796.335</u>	<u>15.207.766</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		103.551	70.777
Empréstimos e financiamentos	10	386.297	352.531
Debêntures	11	146.968	144.955
Impostos a recolher	7d	40.528	76.166
Obrigações com empregados e administradores		20.058	19.620
Concessão de serviço público	12	1.913.147	2.317.587
Partes relacionadas	8	3.906	59.702
Receita diferida	14	62.258	55.326
Adiantamento de clientes		28.857	6.039
Outros passivos	15	5.881	120.193
		<u>2.711.451</u>	<u>3.222.896</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	1.354.784	1.717.656
Debêntures	11	396.815	465.320
Partes relacionadas	8	16.723	-
Concessão de serviço público	12	13.120.073	12.402.606
Provisão para obrigações legais	13	33.297	39.598
Receita diferida	14	381.998	387.733
Adiantamento de clientes		9.666	7.022
		<u>15.313.356</u>	<u>15.019.935</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	16	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(5.659.623)	(5.521.707)
Resultado do exercício		(193.407)	(137.916)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(3.228.472)</u>	<u>(3.035.065)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
		<u>14.796.335</u>	<u>15.207.766</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida de serviços tarifários e não tarifários		2.808.682	2.333.463
Receita de construção		38.920	54.715
Receita operacional líquida	17	2.847.602	2.388.178
Custo dos serviços prestados	18	(1.678.655)	(1.613.411)
Custo de construção	18	(38.920)	(54.715)
Lucro bruto		1.130.027	720.052
Despesas gerais e administrativas	18	(142.416)	(130.730)
Outras receitas e despesas	18	124.541	654.667
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		1.112.152	1.243.989
Receitas financeiras	19	342.771	253.499
Despesas financeiras	19	(1.737.010)	(1.702.315)
Resultado antes dos impostos		(282.087)	(204.827)
Imposto de renda e contribuição social	7c	88.680	66.911
Corrente		(3.477)	(12.549)
Diferido		92.157	79.460
Prejuízo líquido do exercício		<u>(193.407)</u>	<u>(137.916)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais)	25	<u>(0,064)</u>	<u>(0,045)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo Líquido do exercício	<u>(193.407)</u>	<u>(137.916)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(193.407)</u></u>	<u><u>(137.916)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.624.558	(5.521.707)	(2.897.149)
Prejuízo Líquido do exercício	-	(137.916)	(137.916)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.624.558	(5.659.623)	(3.035.065)
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.624.558	(5.659.623)	(3.035.065)
Prejuízo Líquido do exercício	-	(193.407)	(193.407)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.624.558	(5.853.030)	(3.228.472)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(282.087)	(204.827)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		1.021.076	1.005.126
Baixa de imobilizado e intangível		112	1.240
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/18	(34.119)	(3.463)
Provisão para obrigações legais	13	(6.301)	1.724
Apropriação de receita diferida	14	(47.185)	(38.941)
Variações monetárias e encargos, líquidas		1.441.979	1.469.294
Reequilíbrio econômico financeiro	12/14	(197.771)	(786.772)
Realização do custo de captação de debêntures	11	1.014	959
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		56.294	(76.772)
Estoques		(2.225)	704
Outros adiantamentos		(3.118)	(2.409)
Impostos a recuperar		(13.173)	(565)
Depósitos judiciais		(4.319)	(1.356)
Partes relacionadas		-	(2.116)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(6.873)	11.694
Partes relacionadas		(1.465)	3.236
Obrigações com empregados e administradores		438	2.606
Impostos a recolher		(39.115)	(43.057)
Adiantamento de clientes		25.462	2.655
Outras obrigações e contas a pagar		(114.313)	56.469
Outorga variável	12	319.587	266.343
Pagamento outorga variável	12	-	(183.077)
Receita diferida	14	151.478	729.561
Juros pagos	10/11	(210.215)	(241.043)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>2.055.161</u>	<u>1.967.213</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(342.242)	(108.752)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		469.461	250.049
Aquisição de intangível		(116.155)	(245.840)
Aquisição de imobilizado		-	(300)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>11.064</u>	<u>(104.843)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	10/11	(441.133)	(407.428)
Pagamento da outorga fixa	12	(1.489.875)	(1.247.483)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(1.931.008)</u>	<u>(1.654.911)</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>135.217</u>	<u>207.459</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		455.196	247.737
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>590.413</u>	<u>455.196</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>135.217</u>	<u>207.459</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		3.360.615	4.060.622
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	17	3.218.685	3.286.549
Outras receitas		176.049	777.536
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/18	(34.119)	(3.463)
Insumos adquiridos de terceiros		(705.755)	(1.221.999)
Custos dos serviços prestados		(584.953)	(1.083.718)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(120.802)	(138.281)
Valor adicionado bruto		2.654.860	2.838.623
Retenções			
Depreciação e amortização	18	(1.020.847)	(1.004.937)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.634.013	1.833.686
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	342.771	253.499
Valor adicionado total a distribuir		1.976.784	2.087.185
Distribuição do valor adicionado		1.976.784	2.087.185
Pessoal e encargos		104.015	99.158
Remuneração direta		68.896	67.891
Benefícios		30.025	26.640
FGTS		5.094	4.627
Impostos, taxas e contribuições		345.033	435.472
Federais		250.965	322.469
Municipais		94.068	113.003
Remuneração do capital de terceiros		1.721.143	1.690.471
Juros	19	241.525	288.062
Atualização outorga	19	1.472.822	1.382.869
Outros		6.796	19.540
Remuneração de capital próprio		(193.407)	(137.916)
Prejuízo Líquido do exercício		(193.407)	(137.916)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU Airport”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 193.407 mil (R\$ 137.916 no período findo em 31 de dezembro de 2022), e em 31 de dezembro de 2023, apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 841.141 mil (R\$ 1.593.137 mil negativo em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 3.228.472 mil (R\$ 3.035.065 mil em 31 de dezembro de 2022). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 8 anos e seis meses, a Concessionária realizará investimentos de acordo com a fase II do Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07(R1), que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 23.

2.3. Apresentação das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária.

A Administração da Concessionária, autorizou em 20 de março de 2024, a emissão destas demonstrações financeiras.

2.4. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente.

A Concessionária reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode explorar outras atividades econômicas como cessão de espaços, estacionamentos, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida quando os serviços de ampliação/melhoria da infraestrutura são finalizados e entram em operação.

A margem de construção é calculada a valor zero, os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A moeda funcional da Concessionária é o real (R\$).

2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária.

A perda estimada de liquidação duvidosa é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para as contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso a mais de 30 dias e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas esperadas na realização dos créditos, levando em consideração a classificação do cliente de acordo com seu nível de risco, o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

Em cada data de balanço, a Concessionária avalia se as contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Concessionária em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

2.8. Estoques

Os estoques se referem a itens comuns, essenciais e vitais a operação e são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações financeiras, são apresentados no ativo não circulante.

2.9. Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (PAX) estimada como base para a amortização.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Benefícios a empregados

A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev), com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências

identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.12. Outros ativos e passivos.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13. Tributação.

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integridade Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISSQN	5%	-	-

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, quais foram constituídas levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Os impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos:

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões

mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 – Demonstração do valor adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16 substituída pela Resolução CVM 76/22.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de

tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.18. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído, para fins de uso, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.19. Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.20. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

2.20.1 Pronunciamentos novos e revisados aplicados pela primeira vez em 2023.

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado

de outra forma) bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro – O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro), é uma nova norma de contabilidade com alcance para todos os tipos de contratos de seguro, independentemente do tipo de entidades que os emitem, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8 - As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária.

Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12 – As alterações estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 - As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS, que incluem uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois e requisitos de divulgação para entidades afetadas.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária.

2.20.2 Normas emitidas e não vigentes:

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) – Vigente a partir de janeiro/2024. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da

responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Vigente a partir de 1º de janeiro/2024. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Vigente a partir de 1º de janeiro 2024. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Concessionária.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, a findar-se em 2032, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017, 2020 e 2023 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e Lei nº 14.034/2014, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	18.157	16.506
Aplicações em CDB e Fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>572.256</u>	<u>438.690</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>590.413</u>	<u>455.196</u>

As aplicações financeiras são representadas por produtos diversificados que incluem CDB de curto prazo e fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais do Tesouro Nacional com remuneração média de 104,7% do CDI (104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2022), investimentos de curto prazo e de alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante	<u>917.993</u>	<u>791.033</u>
Conta Pagamento/ Reserva Outorga	<u>917.993</u>	<u>791.033</u>
Não circulante	<u>194.159</u>	<u>175.022</u>
Conta Reserva	<u>194.159</u>	<u>175.022</u>
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>1.112.152</u></u>	<u><u>966.055</u></u>

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os saldos nas contas reservas outorgas são destinados ao pagamento da Outorga fixa e variável.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 101,0% do CDI (100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2022) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	152.425	157.508
Armazenagem	30.757	29.619
	<u>183.182</u>	<u>187.127</u>
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	<u>225.874</u>	<u>209.985</u>
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	<u>(120.083)</u>	<u>(85.964)</u>
Total contas a receber	<u><u>288.973</u></u>	<u><u>311.148</u></u>
Circulante	<u>254.701</u>	<u>298.658</u>
Não circulante	<u>34.272</u>	<u>12.490</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2023	288.973	(120.083)	324.740	18.290	20.609	2.934	5.539	4.715	4.855	27.374
31 DE DEZEMBRO DE 2022	311.148	(85.964)	299.004	33.573	22.909	13.880	11.407	2.377	1.632	12.330

Em 31 de dezembro 2023, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 120.083 (R\$ 85.964 em 31 de dezembro de 2022).

Movimentação na perda estimada com crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(85.964)	(82.501)
Adição	(35.529)	(12.076)
Baixa	1.410	8.613
Saldo no fim do exercício	(120.083)	(85.964)

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas.

Devido à deterioração da situação financeira, alguns clientes, ainda com reflexo do impacto da COVID-19, foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente com base nos dados históricos dos recebíveis, a Administração mensurou como perda incorrida o valor integralmente provisionado para o período, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

Em 31 de outubro de 2023 a empresa Southrock Capital Ltda, dona das marcas Starbucks, Subway, Brazil Airport Restaurantes entre outras do setor de alimentos e bebidas impetrou o pedido de recuperação judicial junto a Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, local onde estão concentradas as principais atividades, administração e o patrimônio da empresa, afim de proteger o seu interesse privado e garantir a continuidade de sua atividade empresarial. A Concessionária considerou em PECLD os recebíveis da Southrock e segue acompanhando a evolução do processo do pedido de recuperação judicial.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF	46.503	24.898
PIS e COFINS	33.727	37.861
IRPJ e CSLL	835	1.060
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>81.065</u>	<u>63.819</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>308.388</u>	<u>312.466</u>
Total	<u>389.453</u>	<u>376.285</u>

O montante de impostos a recuperar refere-se ao IRRF sobre os rendimentos de aplicação financeira após a compensação de R\$ 2.642 de IRPJ apurado sobre lucro tributável em 2023 e PIS e COFINS composto em sua maioria pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.324.199	1.327.759
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	<u>1.342.240</u>	<u>1.345.800</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção(*)	(388.333)	(433.991)
AVP outorga fiscal e reequilíbrio	6.210	(44.289)
Arrendamentos	(880)	(440)
Total	<u>(383.003)</u>	<u>(478.720)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u>959.237</u>	<u>867.080</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2024	24.974
2025	52.860
2026	73.433
2027 a 2032	1.190.973
	<u>1.342.240</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(282.087)	(204.827)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	95.910	69.641
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	24	(854)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(7.254)	(1.876)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>88.680</u>	<u>66.911</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(3.477)	(12.549)
Diferido	92.157	79.460
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	<u>-31%</u>	<u>-33%</u>

Durante o período de 31 de dezembro de 2023 a Concessionária gerou um montante de R\$ 7.254 relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, os quais não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras por não estarem suportados pelas projeções de resultado elaboradas pela administração da Companhia.

O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2023 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.401.089 (R\$ 1.393.835 em 31 de dezembro de 2022).

d) Impostos a recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	26.237	57.663
ISSQN	8.115	10.214
	<u>34.352</u>	<u>67.877</u>
Impostos retidos sobre serviços		
INSS	2.553	2.270
IRRF	1.049	711
ISSQN	1.008	1.110
CSRF	991	1.013
	<u>5.601</u>	<u>5.104</u>
Impostos sobre o lucro*		
CSLL	575	3.185
	<u>575</u>	<u>3.185</u>
Circulante	<u><u>40.528</u></u>	<u><u>76.166</u></u>

*O montante refere-se a Imposto sobre lucro tributável apurado, líquido das deduções legais, já compensado com IRRF sobre aplicações financeiras correspondente a R\$ 2.642.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2023				
			Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Acordo de liquidação das obrigações	Acionista direto	-	-	3.238	16.723	953
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	-	668	-	113
			10	-	3.906	16.723	1.066

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2022				
			Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	-	38.557	59.181	-	1.095
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	9	-	521	-	87
			9	38.557	59.702	-	1.182

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) Em março de 2023 foi realizado o Instrumento de Encontro de Contas e Liquidação de Obrigações entre a Concessionária do Aeroporto de Guarulhos e o acionista direto, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, com o objetivo de liquidar e alinhar as datas de pagamento do montante acordado entre as partes correspondente às receitas e gastos decorrentes da transição do início da operação da Concessão do montante a pagar de R\$ 19.173 a valores de outubro de 2021, que será corrigido pelo IPCA até a data de seu pagamento conforme acordo realizado. Em dezembro de 2023 a Concessionária pagou a primeira parcela referente ao acordo realizado através do Instrumento de Encontro de Contas e Liquidação de Obrigações no montante de R\$ 1.6.
- (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária. O ativo com o acionista indireto INVEPAR decorre de cessão de espaço.

Em março de 2022 e dezembro de 2023 a Concessionária efetuou a compra de equipamentos de informática usados da INVEPAR nos seguintes valores R\$ 277 e R\$ 147.

Durante o ano de 2023, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO realizou pagamentos à Concessionária no montante de R\$ 5 referentes a cessão de espaço.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	6.848	7.545
Outros benefícios	760	708
Encargos	1.335	1.491
Total da remuneração	<u>8.943</u>	<u>9.744</u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2023 para o exercício de 2023, é de R\$ 10.478.

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 2.983 (R\$ 2.825 em 31 de dezembro de 2022).

9. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %				Saldo em	
		Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Software		26.320	-	-	503	26.823
Outorga fixa - concessão		15.161.720	105.168	-	-	15.266.888
Investimento para concessão		4.418.846	18.292	(187)	38.416	4.475.367
Em andamento		209.952	150.721	-	(38.919)	321.754
Total		<u>19.816.838</u>	<u>274.181</u>	<u>(187)</u>	<u>-</u>	<u>20.090.832</u>
Amortização acumulada						
Software	20%	(23.296)	(1.066)	-	-	(24.362)
Outorga fixa - concessão	(a)	(5.853.039)	(751.665)	-	-	(6.604.704)
Investimento para concessão	(a)	<u>(1.801.857)</u>	<u>(267.776)</u>	81	-	<u>(2.069.552)</u>
Total		<u>(7.678.192)</u>	<u>(1.020.507)</u>	81	<u>-</u>	<u>(8.698.618)</u>
Intangível líquido		<u>12.138.646</u>	<u>(746.326)</u>	<u>(106)</u>	<u>-</u>	<u>11.392.214</u>

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias					Saldo em 31/12/2022
	ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	
Custo						
Software		25.168	-	-	1.152	26.320
Outorga fixa - concessão		15.025.658	136.062	-	-	15.161.720
Investimento para concessão		4.362.201	4.803	(1.721)	53.563	4.418.846
Em andamento		10.616	254.089	(38)	(54.715)	209.952
Total		19.423.643	394.954	(1.759)	-	19.816.838
Amortização acumulada						
Software	20%	(22.243)	(1.053)	-	-	(23.296)
Outorga fixa - concessão	(a)	(5.107.739)	(745.300)	-	-	(5.853.039)
Investimento para concessão	(a)	(1.544.262)	(258.205)	610	-	(1.801.857)
Total		(6.674.244)	(1.004.558)	610	-	(7.678.192)
Intangível líquido		12.749.399	(609.604)	(1.149)	-	12.138.646

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

As adições no período referem-se principalmente ao projeto APM, da elaboração do projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, e capitalização da atualização monetária da outorga fixa de R\$ 105.168 e R\$ 13.212 referente a juros sobre empréstimos e financiamentos.

O projeto denominado APM – *Automated People Mover* (AeroGRU), cujo prazo de conclusão está previsto para o ano de 2024, terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para o período até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2024 até 11 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2022	Juros		Pagamento		Saldo final 31/12/2023
						incorridos	capitalizados	principal	juros	
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.438.365	126.306	-	(241.471)	(113.758)	1.209.442
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	2.398	149	-	(426)	(128)	1.993
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	622.751	44.332	13.212	(103.490)	(52.079)	524.726
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	6.673	1.193	-	(2.476)	(470)	4.920
Total					2.070.187	171.980	13.212	(347.863)	(166.435)	1.741.081
Parcela do circulante					352.531					386.297
Parcela do não circulante					1.717.656					1.354.784

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2021	Juros		Pagamento		Saldo final 31/12/2022
						incorridos	capitalizados	principal	juros	
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.646.982	142.426	-	(219.447)	(131.596)	1.438.365
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	2.778	168	-	(397)	(151)	2.398
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	711.935	60.261	4.295	(93.604)	(60.136)	622.751
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	7.864	1.407	-	(2.041)	(557)	6.673
Total					2.369.559	204.262	4.295	(315.489)	(192.440)	2.070.187
Parcela do circulante					322.347					352.531
Parcela do não circulante					2.047.212					1.717.656

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No período findo em 31 de dezembro de 2023, o montante capitalizado foi de R\$ 13.212 (R\$ 4.295 em 31 de dezembro de 2022).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

Vencimento

2025	412.296
2026 em diante	942.488
	<u>1.354.784</u>

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, cada um dos bancos, ficaram com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debêntures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário possuem as seguintes garantias e cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações

(GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);

- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável; e
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

11. DEBÊNTURES

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 160, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será efetuada em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2022	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2023
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	290.978	34.400	(43.680)	(22.795)	-	258.903
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	322.231	35.144	(49.590)	(20.985)	-	286.800
Custo com emissão				(2.934)	-	-	-	1.014	(1.920)
Total				610.275	69.544	(93.270)	(43.780)	1.014	543.783

Parcela do circulante	144.955	146.968
Parcela do não circulante	465.320	396.815

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2021	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2022
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	323.724	42.079	(49.080)	(25.745)	-	290.978
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	346.227	41.721	(42.859)	(22.858)	-	322.231
Custo com emissão				(3.893)	-	-	-	959	(2.934)
Total				666.058	83.800	(91.939)	(48.603)	959	610.275

Parcela do circulante	129.849	144.955
Parcela do não circulante	536.209	465.320

Em 31 de dezembro de 2023, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 1.920 (R\$ 2.934 em 31 de dezembro de 2022).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2025	248.060
2026	148.755
	<u>396.815</u>

Até 31 de dezembro de 2023, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1º Emissão				2º Emissão	Total
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	
Principal	10.757	10.926	10.954	11.043	49.590	93.270
Juros	5.637	5.677	5.716	5.765	20.985	43.780

Garantias e cláusulas restritivas financeiras (Vide Nota Explicativa nº 10).

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2022	Adições	Atualização(a)		Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2023
			resultado	intangível				
Outorga variável	266.343	319.587	-	-	-	(266.343)	-	319.587
Outorga fixa	2.067.927	-	158.119	11.291	953.072	(112.438)	(1.489.875)	1.588.096
(-) Reequilíbrio	(16.683)	(35.800)	(51.141)	-	(269.693)	378.781	-	5.464
Circulante	2.317.587	283.787	106.978	11.291	683.379	-	(1.489.875)	1.913.147
Outorga fixa	12.497.112	-	1.314.703	93.877	(701.229)	-	-	13.204.463
(-) Reequilíbrio	(94.506)	-	(7.734)	-	17.850	-	-	(84.390)
Não circulante	12.402.606	-	1.306.969	93.877	(683.379)	-	-	13.120.073
Total	14.720.193	283.787	1.413.947	105.168	-	-	(1.489.875)	15.033.220

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga Variável conforme Ofício nº 55/2023/GEIC/SRA-ANAC e Compensação da Outorga Fixa conforme Ofício nº 331/2023/GEIC/SRA-ANAC

Objeto	Saldo inicial 31/12/2021	Adições	Atualização(a)		Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2022
			resultado	intangível				
Outorga variável	183.077	266.343	-	-	-	-	(183.077)	266.343
Outorga fixa	1.983.354	-	196.338	19.318	1.430.411	(314.011)	(1.247.483)	2.067.927
(-) Reequilíbrio	38.433	(351.570)	(17.557)	-	-	314.011	-	(16.683)
Circulante	2.204.864	(85.227)	178.781	19.318	1.430.411	-	(1.430.560)	2.317.587
Outorga fixa	12.624.248	-	1.186.531	116.744	(1.430.411)	-	-	12.497.112
(-) Reequilíbrio	(102.452)	-	7.946	-	-	-	-	(94.506)
Não circulante	12.521.796	-	1.194.477	116.744	(1.430.411)	-	-	12.402.606
Total	14.726.660	(85.227)	1.373.258	136.062	-	-	(1.430.560)	14.720.193

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga Fixa conforme Decisão nº 477 da ANAC.

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Repactuação da outorga fixa

Repactuação – Termo aditivo nº 006/2020

As alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, preveem nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID-19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de

dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Repactuação - Termo aditivo nº 010/2023

Em 04 de agosto de 2023, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que reprogramou os pagamentos das outorgas fixas, da seguinte forma:

- Pagamento do saldo residual de 50% da contribuição fixa de 2021 junto com as parcelas de 2027, 2028 e 2029;
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2025, 2026 e 2027 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano e
- Alteração no fluxo de pagamento das contribuições fixas de 2021 e 2022.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 04 de agosto de 2023.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Compensação da outorga variável de 2022

Em decorrência da assinatura do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos (vide parágrafo Repactuação - Termo aditivo nº 010/2023), parte do saldo de reequilíbrio econômico financeiro decorrente dos impactos da pandemia do COVID-19, reconhecido em favor da Concessionária na data de 18/12/2022, foi compensado com a outorga variável de 2022, no montante de R\$ 266.343 na data de 15/05/2023.

Reequilíbrio econômico financeiro – Cargas Importadas em trânsito

(Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016)

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou a 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor o seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela a seguir:

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro – Novas exigências para alfandegamento.

(Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020)

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá a valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro – COVID-19

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia do COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão.

(Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020)

O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado, de R\$ 220.275 foi deduzido das parcelas das outorgas do próximo ano.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente à outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 60.889 será deduzido da parcela da outorga fixa a ser paga em 18 de dezembro de 2021.

Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, a agência aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio decorrente dos impactos da pandemia do COVID-19, referente ao período de outubro a dezembro de 2020 das projeções utilizadas. Em decorrência da atualização, o montante de desequilíbrio devido à Concessionária passou a corresponder a R\$ 832.281, portanto uma redução de R\$ 22.633.

(Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021)

O valor do desequilíbrio verificado em 2021, corresponde ao montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. Em 30 de maio de 2022 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2021 o montante de R\$ 750.866. Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2021 com vencimento em 18 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 799.675. O saldo remanescente a recolher de R\$ 48.809 foi atualizado pelo IPCA e acrescido da parcela da outorga fixa de 2022.

(Decisão nº 563 da ANAC de 04 de novembro de 2022)

O valor do desequilíbrio verificado em 2022, corresponde ao montante de R\$ 304.218, a valores de 18 de dezembro de 2022, concedido com base em valores realizados para os meses de janeiro a setembro de 2022 e projetados para os meses de outubro a dezembro de 2022. Em 16 de agosto de 2023 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2022 o montante de R\$ 313.594.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2022 com vencimento em 18 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 37.497. O saldo residual do reequilíbrio foi atualizado pelo IPCA e será compensado nas próximas outorgas com vencimento em 2023.

Em maio de 2023 a Concessionária compensou o montante de R\$ 266.343 referente a outorga variável de 2022, com vencimento em 15 de maio de 2023. O saldo remanescente do reequilíbrio no montante de R\$ 29.362 foi atualizado pelo IPCA e deduzido do pagamento da outorga fixa de 2023 com vencimento em 18 de dezembro de 2023.

(Decisão nº 642 da ANAC de 07 de dezembro de 2023)

O valor do desequilíbrio verificado em 2023, corresponde ao montante de R\$ 44.395, a valores de 18 de dezembro de 2023, o montante foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2023 com vencimento em 18 de dezembro de 2023. O valor aprovado pela Agência foi concedido com base em valores realizados e projetados no exercício, contudo a Concessionária revisou o montante com base no realizado do exercício e mensurou um novo desequilíbrio de R\$ 21.081, que será revisado no ano subseqüente pela Agência.

Reequilíbrio econômico financeiro – Automated People Mover

(Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022)

Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal. (vide nota explicativa nº 15)

O projeto denominado APM – *Automated People Mover* terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

(Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 16 de dezembro de 2022)

Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM, após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei nº 14.368 de 14 de junho de 2022, o montante de R\$ 49.273 compensado com a contribuição fixa de 2022 e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 1.242 ao mês, atualizado pelo IPCA a valores de dezembro de 2020, para ser compensado da contribuição fixa.

Reequilíbrio econômico financeiro – Tarifas mínimas

Com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, em 07 de junho de 2023, através da Decisão nº 616 a ANAC concedeu o montante de R\$ 5.434 correspondente ao desequilíbrio apurado em razão dos prejuízos causados pela falta de atualização dos valores de tarifas/cobranças mínimas (vide Anexo 4 do Contrato de Concessão) no período compreendido entre 13 de maio de 2017 até 16 de janeiro de 2020. O montante do reequilíbrio foi atualizado pelo IPCA totalizando o valor de R\$ 6.672 que foi compensado com a contribuição fixa de 2023 na data de 18 de dezembro de 2023.

13. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas	28.486	15.080	(16.031)	(1.268)	26.267
Cíveis	7.862	1.069	(1.468)	(1.151)	6.312
Administrativos	3.212	968	(4.166)	693	707
Tributários	38	12	(41)	2	11
Total	39.598	17.129	(21.706)	(1.724)	33.297

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para riscos		
Tributários (a)	827.124	659.511
Cíveis (b)	212.013	186.389
Administrativo (c)	20.539	6.644
Trabalhistas (d)	306	852
Total	1.059.982	853.396

a) Riscos tributários

Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2023, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa definitiva. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida

pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

b) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

c) Riscos administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 73% do total das contingências.

e) Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária possuía R\$ 32.858 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 28.539 em 31 de dezembro de 2022).

14. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2022	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2023
Cessão de espaço	41.025	-	(47.185)	53.800	47.640
Reequilíbrio*	14.301	91.644	(105.945)	14.618	14.618
Circulante	55.326	91.644	(153.130)	68.418	62.258
Cessão de espaço	314.392	59.834	-	(53.800)	320.426
Reequilíbrio	73.341	-	2.849	(14.618)	61.572
Não Circulante	387.733	59.834	2.849	(68.418)	381.998
	443.059	151.478	(150.281)	-	444.256

(*) A adição/ apropriação no período refere-se principalmente ao reequilíbrio APM.

	Saldo inicial 31/12/2021	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2022
Cessão de espaço	11.256	500	(38.941)	68.210	41.025
Reequilíbrio*	14.157	413.650	(427.625)	14.119	14.301
Circulante	25.413	414.150	(466.566)	82.329	55.326
Cessão de espaço	67.191	315.411	-	(68.210)	314.392
Reequilíbrio	85.426	-	2.034	(14.119)	73.341
Não Circulante	152.617	315.411	2.034	(82.329)	387.733
	178.030	729.561	(464.532)	-	443.059

(*) A adição/ apropriação no período refere-se principalmente ao reequilíbrio APM.

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

15. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contribuição Mensal (a)	5.828	120.106
Repasse PAN/PAT (b)	50	84
Repasse ao Tesouro Nacional (c)	3	3
Total	5.881	120.193

- (a) A Contribuição mensal, extinta à partir de janeiro de 2023 de acordo com a Lei nº 14.638 de 14 de junho de 2022, corresponde ao montante mensal resultante da aplicação da alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência, dos Preços Unificados de Permanência (domésticas e internacionais) e de Armazenagem e Capatazia, sendo a contrapartida registrada em contas a receber. Com a assinatura do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão o valor da arrecadação da Contribuição Mensal será para a compensação dos investimentos do projeto APM (Vide nota explicativa nº12).
- (b) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.
- (c) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão. Em 01 de janeiro de 2021, o repasse ao Tesouro Nacional foi extinto mediante Lei nº 14.034/20 que revogou a Lei nº 9.825/99.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2022, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2023		
	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	2.624.558	3.033.541.675	100

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	1.027.804	1.069.372
Receita de armazenagem e capatazia	721.365	1.071.547
Total da receita operacional bruta tarifária*	1.749.169	2.140.919
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	1.469.516	1.145.630
Total da receita operacional bruta não tarifária	1.469.516	1.145.630
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	3.218.685	3.286.549
Deduções da receita bruta	(410.003)	(953.086)
Impostos sobre receita	(387.190)	(407.411)
Contribuição mensal*	-	(466.026)
Outras deduções	(22.813)	(79.649)
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	2.808.682	2.333.463
Receita de construção	38.920	54.715
Receita operacional líquida	2.847.602	2.388.178

(*) Contribuição mensal extinta a partir de janeiro de 2023 de acordo com a Lei nº 14.638 de 14 de junho de 2022.

18. CUSTOS E DESPESAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depreciação e amortização	(1.020.847)	(1.004.937)
Outorga variável	(314.314)	(261.948)
Serviços de terceiros	(129.833)	(129.178)
Pessoal e encargos	(119.764)	(113.924)
Conservação e manutenção	(101.614)	(112.920)
Energia elétrica	(57.769)	(52.611)
Custo de construção	(38.920)	(54.715)
PECLD	(34.119)	(3.463)
Aluguéis e impostos	(11.167)	(7.866)
Consultoria e assessoria	(8.993)	(10.358)
Seguros e garantias	(6.632)	(11.912)
Contingências	(6.019)	(13.517)
Outros	(2.734)	(11.197)
Reequilíbrios econômicos financeiro	117.275	644.357
	<u>(1.735.450)</u>	<u>(1.144.189)</u>
Custo dos serviços prestados	(1.678.655)	(1.613.411)
Despesas gerais e administrativas	(142.416)	(130.730)
Custo de construção	(38.920)	(54.715)
Outras receitas e despesas	124.541	654.667
	<u>(1.735.450)</u>	<u>(1.144.189)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	273.316	201.637
Outras receitas financeiras*	<u>69.455</u>	<u>51.862</u>
Total	342.771	253.499
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(1.472.822)	(1.382.869)
Juros sobre empréstimos	(171.981)	(204.262)
Juros sobre debêntures	(69.544)	(83.800)
Outros	<u>(22.663)</u>	<u>(31.384)</u>
Total	(1.737.010)	(1.702.315)
Total do resultado financeiro	<u>(1.394.239)</u>	<u>(1.448.816)</u>

*As outras receitas financeiras são compostas principalmente por atualização dos reequilíbrios econômicos financeiros e juros ativos.

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Em 2023 a Concessionária apresentou receitas provenientes da transação com um único cliente igual a 13% de seu faturamento.

Por operar um único segmento “concessão aeroportuária”, a Administração concluiu e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

21. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

22. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

	R\$ MIL				
	Moeda	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Fim	
Riscos operacionais	BRL	1.742.349	mai/23	mai/24	Tokio Marine
Garantia de obrigações públicas	BRL	861.602	jun/23	jun/24	Pottencial
D&O*	BRL	100.000	mai/23	mai/24	Berkley Internation
Aeronáutico - Drones	BRL	2.000	nov/23	nov/24	Mapfre
Seguro de frota	BRL	600	mai/23	mai/24	Tokio Marine
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	USD	500.000	dez/23	dez/24	Starr International
Responsabilidade civil de proprietários e operadores - Excesso cargas de aeroportos	USD	100.000	dez/23	dez/24	AXA Seguros S/A

*A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros		31/12/2023		
	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	590.413	-	590.413
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1.112.152	-	1.112.152
Contas a receber		-	288.973	288.973
Partes relacionadas		-	10	10
Total do ativo		1.702.565	288.983	1.991.548
Passivos				
Fornecedores		-	103.551	103.551
Partes relacionadas		-	20.629	20.629
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil		-	1.741.081	1.741.081
Debêntures (*)		-	545.703	545.703
Concessão de serviço público		-	15.033.220	15.033.220
Total do passivo		-	17.444.184	17.444.184

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Instrumentos financeiros		31/12/2022		
	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	455.196	-	455.196
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	966.055	-	966.055
Contas a receber		-	311.148	311.148
Partes relacionadas		-	38.566	38.566
Total do ativo		1.421.251	349.714	1.770.965
Passivos				
Fornecedores		-	70.777	70.777
Partes relacionadas		-	59.702	59.702
Empréstimos e financiamentos		-	2.070.187	2.070.187
Debêntures (*)		-	613.209	613.209
Concessão de serviço público		-	14.720.193	14.720.193
Total do passivo		-	17.534.068	17.534.068

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 31 de dezembro de 2023, apresentam valor de mercado de R\$ 486.628 (R\$ 513.973 em 31 de dezembro de 2022).

Fonte: B3

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- **Concentração de risco de crédito**

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, na Nota explicativa nº 6.

- **Risco de liquidez**

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2023
Fornecedores	103.551	-	-	-	103.551
Empréstimos e financiamentos	516.531	1.018.956	507.735	-	2.043.222
Debêntures	122.536	541.505	-	-	664.041
Concessão de serviço público	1.588.096	5.968.770	5.567.593	8.993.979	22.118.438
	<u>2.330.714</u>	<u>7.529.231</u>	<u>6.075.328</u>	<u>8.993.979</u>	<u>24.929.252</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2022
Fornecedores	70.777	-	-	-	70.777
Empréstimos e financiamentos	529.288	1.030.616	1.017.918	-	2.577.822
Debêntures	135.041	419.727	239.857	-	794.625
Concessão de serviço público	2.067.927	4.953.774	3.556.496	7.765.974	18.344.171
	<u>2.803.033</u>	<u>6.404.117</u>	<u>4.814.271</u>	<u>7.765.974</u>	<u>21.787.395</u>

- Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço - que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa.

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre de a possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/12/2023	Risco/indexador	Cenário provável
Caixa e equivalentes de caixa (*)	590.413	CDI (% ao ano)	68.783
Aplicações financeiras vinculadas	1.112.152	CDI (% ao ano)	129.566
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>
CDI (% ao ano)			11,65%

(*) O montante R\$ 527.256 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos públicos.

Passivo financeiro

Operação	31/12/2023	Risco/indexador	Cenário provável
Empréstimos e financiamentos	1.736.161	TJLP (% ao ano)	113.719
Arrendamentos	4.920	CDI (% ao ano)	573
Debêntures (*)	545.703	IPCA (% ao ano)	25.211
Concessão de serviço público	15.033.220	IPCA (% ao ano)	694.535
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>
TJLP (% ao ano)			6,55%
CDI (% ao ano)			11,65%
IPCA (% ao ano)			4,62%

(*) desconsidera o valor do custo de captação.

24. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	13.212	4.295
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	105.168	136.062
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	39.647	8.758
Compensação de outorga	378.781	314.011
Partes relacionadas	38.563	-

25. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Concessionária	(193.407)	(137.916)
Denominador (em milhares de ações)	<u>3.033.542</u>	<u>3.033.542</u>
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,064)</u>	<u>(0,045)</u>
